



Entre planos e operações: A incorporação de objetivos de infraestrutura da Política de Arte e Cultura no Plano de Desenvolvimento Institucional 2024-2028 do IFRS

Between plans and operations: The incorporation of infrastructure objectives from the Art and Culture Policy into the IFRS Institutional Development Plan 2024-2028

Entre planes y operaciones: La incorporación de objetivos de infraestructura de la Política de Arte y Cultura al Plan de Desarrollo Institucional 2024-2028 del IFRS

JULIANA DA CRUZ MÜLLING¹

CAROLINE WEIBERG²

SIMONE VALDETE DOS SANTOS³

JAQUELINE GOMES NUNES⁴

Resumo: O artigo analisa como os objetivos de infraestrutura da Política de Arte e Cultura (PAC) do IFRS estão registrados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024-2028), identificando os espaços físicos disponíveis e planejados para arte e cultura nos câmpus. A metodologia do estudo está composta de análise documental, conforme pressupostos teóricos da análise de políticas públicas. Conclui-se que o IFRS está em processo de implementação da PAC, com disparidades nos registros de infraestrutura e de formalização de demandas nas suas unidades.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Políticas Culturais; Institutos Federais; Extensão; Infraestrutura.

1 Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3469-5210>. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Faculdade de Educação (FACED), Programa de Pós Graduação em Educação (PPGEDU); Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Câmpus Canoas, RS, Brasil.

2 Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7761-4188>. Universidade Regional de Blumenau (FURB), Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras (CCEAL); Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE). Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Câmpus Jaraguá do Sul, SC, Brasil.

3 Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2523-006X>. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós Graduação em Educação (PPGEDU), Porto Alegre, RS, Brasil.

4 Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6829-3055>. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós Graduação em Educação (PPGEDU); Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RMEPOA), Porto Alegre, RS, Brasil.

Abstract: *The article analyzes how the IFRS Art and Culture Policy (PAC) 's infrastructure objectives are reflected in the Institutional Development Plan (PDI 2024–2028), identifying the physical spaces available and planned for art and culture on its campuses. The study's methodology consists of a documentary analysis, in accordance with the theoretical assumptions of public policy analysis. The study concludes that IFRS is in the process of implementing the PAC, with disparities in infrastructure records and in the formalization of demands across its units.*

Keywords: *Public Policies; Cultural Policies; Federal Institutes; Extension; Infrastructure.*

Resumen: *El artículo analiza cómo los objetivos de infraestructura de la Política de Arte y Cultura (PAC) del IFRS están registrados en el Plan de Desarrollo Institucional (PDI 2024-2028), identificando los espacios físicos disponibles y planificados para arte y cultura en los campus. La metodología del estudio está compuesta por un análisis documental, de acuerdo con los presupuestos teóricos del análisis de políticas públicas. Se concluye que el IFRS se encuentra en proceso de implementación de la PAC, con disparidades en los registros de infraestructura y en la formalización de demandas en sus unidades.*

Palabras clave: *Políticas Públicas; Políticas Culturales; Institutos Federales; Extensión; Infraestructura.*

INTRODUÇÃO: DINÂMICAS PARA POLÍTICAS CULTURAIS NOS IFS

Esse artigo se origina da pesquisa de doutorado de uma das autoras, sobre a análise da formulação das Políticas Culturais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Tratamos do estudo acerca da incorporação dos objetivos relacionados à infraestrutura previstos na Política de Arte e Cultura (PAC) do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) – Resolução nº 33/2020 – ao seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024-2028).

As políticas culturais das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) têm sido mobilizadas, sobretudo, pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEXT) e pelo Fórum de Gestão Cultural das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras (FORCULT). A Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU), de 2012, e o Instrumento para Implementação de Política Cultural e Planos de Culturas nas IPES, de 2020, são produções destes fóruns. Os fóruns acadêmicos e políticos, segundo Fouilleux (2011), atuam como espaços ou cenas de argumentação, nos quais as representações em torno de uma política pública são lançadas e discutidas, assim como as ferramentas e os modelos mais apropriados para sua análise e/ou avaliação.

Segundo a PNEU,

Enquanto instâncias produtoras do conhecimento, as universidades devem ser capazes de oferecer aos governos e à sociedade as tecnologias, teorias e processos, assim como os profissionais capazes de propulsionar o desenvolvimento, e, para que esse desenvolvimento não se restrinja à esfera econômica, seja sustentável e tenha um caráter ético, é preciso que esses ‘produtos’ estejam afinados com os valores e interesses sociais (PNEU, 2012, p. 23).

A afirmação do papel das universidades como política pública, direciona para a importância da cultura como “sistemática de interação dialógica entre a Universidade e a sociedade” (PNEU, 2012, p. 20). As práticas artísticas e simbólicas, na perspectiva da cidadania e do desenvolvimento econômico, conforme o Plano Nacional de Cultura (PNC 2010), passam a compor as formulações normativas das IPES no âmbito da extensão.

Esse processo se fundamenta no ideal de contrapor a dicotomia entre ensino técnico profissional e ensino erudito acadêmico presente na educação pública e privada no Brasil (Frigotto, 2007). Segundo Pacheco, um dos objetivos centrais dos IFs busca “derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana” (2010, p. 14).

A escola, seja do nível que for, é parte da comunidade e, na maioria dos casos, o único espaço público de integração, organização e lazer disponível. Dessa forma, deve estar, permanentemente, aberta à população e firmar-se como um efetivo polo cultural (Pacheco, 2010, p. 9).

Os IFs compõem uma política de enfrentamento às desigualdades sociais, institucionalizada pela Lei n.º 11.892/2008. Portanto, são instrumentos de intervenção na realidade em prol de um projeto societário.

Concebidos como instrumentos de exercício das políticas públicas desenvolvidas em um determinado território, os Institutos Federais dão à educação profissional papel estratégico no desenvolvimento dos Arranjos Produtivos e Culturais Locais, permitindo que suas unidades, por possuírem elevado caráter autônomo, tenham uma atuação permanentemente articulada ao contexto sócioeconômico das suas respectivas regiões, contribuindo, assim, com a definição de políticas de desenvolvimento para um determinado território em perfeita consonância com o planejamento das políticas nacionais (Aguilar e Pacheco, 2017, p. 20).

Com base nos arranjos socioprodutivos e culturais das localidades e cumprindo as normativas gerais, as reitorias têm autonomia para gerenciar as alternativas em solução de suas demandas, seja para oferta de cursos de nível básico, superior e pós-graduação, ou para formulação de suas políticas internas. Nesse sentido, as definições sobre o papel, os sentidos, os espaços a serem ocupados pelas artes e a cultura nos diferentes níveis de ensino ofertados passam a ser estabelecidas na justaposição de uma estrutura de normativas à microssistemas de decisão que envolvem os atores de ponta da instituição. Atores de ponta ou burocratas de nível de rua, conforme Lotta (2021), são responsáveis por transformar normativas abstratas em ações concretas, mediando a interação da política com o público-alvo a quem ela se destina. Os atores desses microssistemas tomam decisões altamente complexas e condicionadas pelo Estado, pelas instituições, por valores sociais, culturais e organizacionais e pelas demandas do público-alvo. Nessa dinâmica de interação entre os atores, suas ideias e as instituições - ou seja, as normas instituídas e orientadoras das ações - é exercido o que Lotta (2014) descreve como discricionariedade. Um certo jogo de construção de sentidos segundo “matrizes cognitivas e normativas” (Müller, 2002, p. 45) que nem sempre estão totalmente conscientes. As visões de mundo e os ideais de intervenção sobre a realidade, conforme o autor, tratam de

princípios abstratos que definem o campo dos possíveis e do dizível numa sociedade dada, identificando e justificando a existência de diferenças entre indivíduos e/ou grupos, hierarquizando um certo número de dinâmicas sociais... (Müller e Surel, 2002, p. 46).

Müller (2018) aponta que o referencial cognitivo é compartilhado por setores (referencial setorial), cujas práticas produzem perspectivas comuns sobre os demais setores e sobre o referencial global que impera sobre todos os setores sociais. Müller e Surel (2002) apontam que o neoliberalismo econômico seja o referencial global que se impõe aos setores, inclusive sobre o simbólico.

Segundo os autores, o alinhamento dos referenciais setoriais ao referencial globalmente dominante, aumenta as chances das ideias de um determinado setor encontrarem coalizão para representação nos instrumentos de políticas públicas. Segundo Wu *et al.* (2014), as alternativas podem ser de manutenção do *status quo*. Assim, consideramos que as interações de atores individuais e coletivos, internos e externos às instituições, no âmbito das políticas públicas, consistem em representações de interesses em múltiplos níveis de decisão.

Os projetos e alternativas de ação são definidos na interface entre os ideais de sociedade construídos e a viabilidade de implementação dessas ideias no contexto concreto. Isso envolve considerar os recursos disponíveis, como tempo, orçamento, tecnologia e mão de obra, além das condições socioeconômicas e políticas que podem

facilitar ou restringir a realização desses projetos. Assim, a viabilidade se torna o ponto de equilíbrio entre o que é desejável e o que é possível, orientando as decisões estratégicas para maximizar os impactos positivos dentro das limitações reais (Capella, 2018).

Um fator comum e significativo aos IFs é a falta de investimentos e cortes de orçamentos por parte do governo federal desde 2016 (Silvestre et. al., 2022), o que limita fortemente as decisões viáveis para seus atores. No gerenciamento de prioridades de subsistência dos câmpus frente à escassez, citamos Fernando Pessoa (2003, p. 388): *‘Por que é bela a arte? Porque é inútil. Por que é feia a vida? Porque é toda fins e propósitos e intenções.’* Nesse sentido, os fins e propósitos de manutenção de necessidades básicas – como merenda, assistência estudantil ou eletricidade –, tornam a resignar o direito às artes e à cultura – como cultivo das mentes para o pleno desenvolvimento humano – ao âmbito do supérfluo, segundo Coli (1995), a uma qualidade de experiências superiores das quais só podemos usufruir quando temos a subsistência garantida.

Nussbaum (2015), ao defender a presença nos espaços educativos das humanidades e das artes como forma de manutenção das sociedades democráticas, afirma que

Toda democracia moderna é também uma sociedade na qual as pessoas se diferenciam bastante segundo um grande número de parâmetros, entre eles religião, etnia, riqueza e classe, incapacidade física, gênero e sexualidade, [...]. Um modo de avaliar qualquer sistema educacional é perguntar quão bem ele prepara os jovens para viver numa forma de organização social e política com essas características (Nussbaum, 2015, p. 11).

Embora as políticas de combate às desigualdades sociais apresentem múltiplas camadas de urgência, os campos dos direitos educacionais e culturais consistem em fatores de distinção social (Bourdieu, 2011) com implicação no exercício democrático. Ainda que sua relevância seja reconhecida como cerne da formação humana, as dimensões de sua prioridade são avaliadas frente a outros campos de políticas públicas pelos atores envolvidos em diferentes esferas de tomadas de decisão, envolvendo os governos e instituições.

A Lei n.o 11.892/2008 criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) priorizando a democratização da educação básica, técnica e tecnológica para contribuir no combate às desigualdades estruturais que se expressam na sociedade tanto no âmbito das materialidades como no âmbito das dominações simbólicas (Bourdieu, 2001). Com estruturas *multicampi*, os IFs comprometem-se com a identificação de problemas e a construção de soluções tecnológicas que

promovam o desenvolvimento sustentável e a inclusão social em suas regiões de atuação. Sob sua perspectiva de justiça social, Pacheco aponta para a educação humana em sua integralidade:

Na compreensão de seu trabalho coletivo, os Institutos, da diversidade sociocultural, reúnem princípios e valores que convergem para fazer valer uma concepção de educação em sintonia com os valores universais do homem, daí a importância de assegurar, nos Institutos Federais, o lugar da arte e da cultura (Pacheco, 2010, p. 18).

Ordine (2016, p. 9, grifo do autor), em seu manifesto em defesa de saberes indispensáveis para o crescimento da humanidade, considera, por sua vez, “*útil* tudo o que nos ajuda a nos tornarmos melhores”. Pessoa (2003), ao afirmar que a arte é inútil, o faz na perspectiva de uma finalidade objetiva, até mesmo utilitária. No entanto, a arte, assim como a cultura, atua em sistemas simbólicos e, por isso, ambas operam nas subjetividades dos indivíduos e grupos, nas estruturas de pensamento socialmente construídas, nos gostos, na percepção, na valoração (Bourdieu, 2011) e, por isso, contribuem para o pleno desenvolvimento humano.

Frente a contextos de preterimento da cultura, tanto o PNC quanto as políticas culturais das IPES são instrumentos de defesa e valorização da arte e da cultura fundamentais para respaldar as interações de ideias que ocorrem nos fóruns e arenas das instituições. A emergência desses documentos demonstra a atenção das IPES para o setor, o que, por outro lado, evidencia a ausência, até então, de políticas efetivamente organizadas para o seu desenvolvimento. Desse modo, a valorização do setor parte do planejamento de suas instalações de infraestruturas básicas para a concepção de atividades práticas e experimentais nas linguagens da arte. Esse movimento construtivo não é linear, tem múltiplos níveis e camadas decisórias (Lotta, 2019), em um contexto que atravessou o desmonte do setor cultural, com a extinção do Ministério da Cultura (MinC) entre 2018 e 2022, e a retomada das Conferências Nacionais de Cultura e Educação em 2024.

POLÍTICA DE ARTE E CULTURA DO IFRS

A Política de Arte e Cultura (PAC) do IFRS, aprovada pela Resolução n.º 33/2020 e regulamentada pela Resolução n.º 34/2022, aponta diretrizes de formulação alinhadas ao PNC e à PNEU, contextualizadas às demandas institucionais em sua indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Sua implementação envolve objetivos de todo o circuito cultural, apontando para uma percepção institucional da necessidade de fortalecimento da infraestrutura da área em termos de espaços, equipamentos, pessoal, materiais de consumo e recursos financeiros. Especificamente em termos de espaços físicos, destacamos no Art. 13º:

Prever nos Planos de Ação recursos para o desenvolvimento das ações de Arte e Cultura;

Criar e qualificar espaços, **laboratórios, ambientes, habitats e equipamentos culturais** destinados ao desenvolvimento de expressões artístico-culturais, no âmbito do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, em todos os campi;

Garantir a aquisição de **equipamentos, de livros, de materiais didáticos** e outros recursos previstos nos Planos de Ação para o completo atendimento da pluralidade das linguagens artísticas em todos os campi. (Resolução 33/2022, p. 9. Grifos nossos.).

É preciso considerar o contexto de expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT), desde 2008, no qual muitas instalações foram ampliadas para provimento de cursos e processos formativos nas diferentes áreas de produção de conhecimento. Assim, podemos deduzir que a atual representação das demandas por espaços físicos para atividades de ensino, pesquisa e extensão em arte e cultura na PAC do IFRS corresponde, em uma relação causal, à identificação e legitimação – por parte da instituição – da carência desses espaços. No entanto, os contextos dos câmpus são diferentes e há outras políticas em implementação que podem ser priorizadas em cada agenda local. Dessa forma, a implementação dos espaços será variável conforme os contextos organizacionais locais e as circunstâncias de ação dos atores locais, conforme Howlett, Ramesh e Perl (2013).

Para compreender a implementação e seus efeitos será preciso verificar a sua incorporação aos documentos de administração dos câmpus e da reitoria, respectivamente, os Planos de Ação (PA) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), conforme os fluxos da burocracia pública para ação institucional. Nesse sentido, iremos focar no âmbito do PDI, que apresenta os dados sobre a infraestrutura de espaços físicos existentes e projetados em todo o IFRS.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O PDI é o documento que organiza todo o planejamento de ações do IF. Trata-se de um instrumento de gestão democrática que sistematiza as missões e objetivos da instituição, ordenando as ações a serem operacionalizadas. O PDI 2024-2028 do IFRS apresenta seu perfil institucional, com o histórico dos 17 câmpus, e o planejamento estratégico, com dados sobre objetivos, metas e percentuais de resultados ao longo dos anos. Consta também o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), no qual são declaradas as bases epistemológicas, o compromisso com a gestão democrática e pedagógica centradas na dimensão humana em interação com o mundo social do trabalho. A articulação entre ensino, pesquisa e extensão, os ideais de currículo, a verticalização da oferta de cursos e os processos de avaliação institucional, as políticas

de acesso, permanência e êxito, de inclusão e de formação inicial e continuada, são capítulos do PDI que representam valores institucionais transversais aos setores institucionais.

O PDI apresenta, ainda, a Organização Didática (OD - que orienta todos os fluxos relacionados às condutas do Ensino), Organização e gestão de pessoas, Assuntos Estudantis, Organização Administrativa, Políticas de Educação à Distância (EAD), Sustentabilidade Financeira, e Acompanhamento e Avaliação Institucional. Portanto, trata-se de uma representação da complexidade da instituição em sua atividade fim e em sua estrutura organizacional.

Por isso, tomamos do PDI o capítulo 6, que trata da Infraestrutura. Sobre esse aspecto, foi analisado o modo como as representações dos objetivos de infraestrutura extraídos da PAC foram incorporados ao PDI vigente.

MÉTODO DO ESTUDO

O estudo se enquadra teórica e metodologicamente no campo de análise de políticas públicas (Müller, 2018; Capella; 2018; Lotta, 2019). De acordo com o referencial, tomamos os objetivos aprovados na PAC como alternativas que sobreviveram ao processo de formulação (Capella, 2018) e foram avaliadas como possíveis de serem implementadas nos devidos fóruns institucionais. Consideramos as alternativas relacionadas à infraestrutura por sua relevância para o desenvolvimento de outras ações e por sua complexidade de execução administrativa. Sua aprovação na PAC não implica em sua implementação. Essa viabilização dependerá do contexto institucional de cada câmpus e do engajamento dos atores diretamente envolvidos como burocratas de nível de rua, no empenho de ideias consonantes ou viabilizáveis por meio do que foi institucionalizado.

Para operacionalização metodológica, recorreremos à pesquisa documental, extraindo dados relacionados à infraestrutura direcionada à arte e à cultura nas resoluções em evidência. Conforme Bogdan e Biklen (1994, p. 85) “num estudo analítico, as decisões são tomadas na medida em que este avança”. Desse modo, durante a construção de dados foram necessárias decisões sobre o escopo da infraestrutura abrangida como objeto da PAC:

Art. 2º. No âmbito desta Política, compreende-se a Cultura enquanto uma rede de representações, práticas e significados, na qual a Arte estabelece-se como linguagem, em suas dimensões ética e estética, de modo transversal e indispensável à formação dos sujeitos e/em seus modos de ver, ler e se colocar no mundo (IFRS, Resolução n.º 33/2022, p. 2).

As bibliotecas são importantes equipamentos culturais previstos no PNC e estão instaladas em todos os câmpus do IFRS. No entanto, a leitura pela arte que é citada junto à definição de cultura da resolução está inserida no contexto das linguagens artísticas e da experiência estética (Read, 1982), extrapolando o universo das bibliotecas que, por sua vez, possuem características próprias específicas como subsistema e, por isso, não constarão entre os espaços analisados. O câmpus Bento Gonçalves possui uma brinquedoteca, a qual pode desencadear atividades lúdicas relacionadas à arte, porém, pela materialidade documental analisada não é possível implicar essa relação.

Já os Núcleos de Memória (NuMem), que compõe a Resolução nº 74/2015 - Política de Comunicação do IFRS - e são regulamentados pela Resolução nº 22/2021, possuem objetivos comuns à PAC, em seu Artigo 11º, no que tange ao resguardo dos acervos artísticos e patrimoniais das comunidades. A PAC tem entre seus objetivos “Incentivar a criação de Núcleos de Memórias e projetos de observatório artístico-cultural nos campi” (IFRS, Res. nº 33/2022, p. 8). Além disso, identificamos que no Câmpus Restinga, o PDI indica o compartilhamento de infraestrutura entre Núcleo de Arte e Cultura (NAC) e NuMem.

Esclarecidos estes nós, apresentamos a representação da demanda de infraestrutura de espaços físicos na PAC, seguida dos dados dos espaços atuais destinados para arte e cultura nos câmpus, de acordo com o PDI 2024-2028, e das demandas que foram inseridas no PDI para serem realizadas até 2028 e que, portanto, contam no ordenamento de ações democraticamente institucionalizado.

INFRAESTRUTURA DE ARTE E CULTURA NO PDI DO IFRS

Espaços físicos específicos para a arte em suas diversas linguagens atuam como

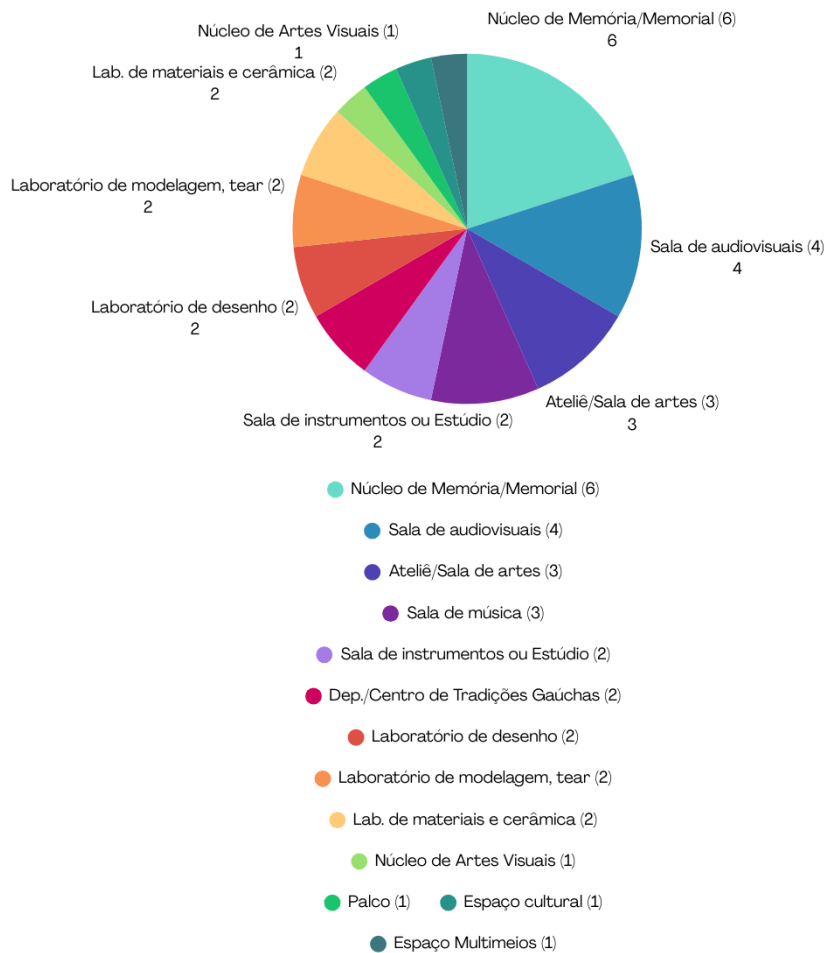
[...] uma possibilidade de se configurarem valores e sentidos estéticos. Um espaço educativo diferenciado, transformado pelos/as educadores/as comprometidos/as com a formação estética e artística da comunidade. Os espaços, os processos e os estímulos que o contato com a arte pode produzir levam os sujeitos a serem capazes de perceber, ver, sentir, apreciar e produzir, percebendo-se autores/as da sua história (Carvalho, Freitas e Neitzel, 2014, p. 73).

Com as autoras, compreendemos que salas de aula específicas para a arte se constituem como espaços estéticos que potencializam processos educativos. Dos 17 câmpus que compõem o IFRS, 8 não registram no PDI espaços físicos específicos para arte. São eles: Alvorada, Caxias, Farroupilha, Porto Alegre, Rolante, Vacaria, Veranópolis e Viamão. Considerando que o Câmpus Porto Alegre oferta curso técnico

na área de Música e o Câmpus Alvorada, na área de Produção Cultural, identificamos a possibilidade de incoerência entre os dados e o uso prático dos espaços físicos nesses câmpus. A ampla denominação ‘sala de aula’ designa versatilidade para os espaços didáticos e os desamarra de processos burocráticos, configurando uma alternativa incremental, ou seja, que não interfere na realidade (*status quo*) institucional (Wu *et al.*, 2014).

Entre os câmpus que registraram espaços específicos para arte e cultura no PDI, o IFRS possui sua estrutura distribuída na seguinte tipologia:

Figura 1 - Gráfico da tipologia de espaços identificados como infraestruturas para arte e cultura no PDI IFRS 2024-2028



Fonte: Sistematização das autoras a partir dos dados do PDI IFRS 2024-2028, 2025.

Se, por um lado, os dados do PDI se demonstram frágeis para representação da infraestrutura voltada para a arte e cultura nos IFs, por outra parte, demonstram que não há um tratamento institucional sobre esses dados nessa instância. Os dados dos câmpus têm interferência da discricionariedade (Lotta, 2014), ou seja, do entendimento dos atores locais sobre sua abordagem.

Dos dados publicados formalmente, passamos aos câmpus com espaços físicos destinados às linguagens de arte e cultura. Os Núcleos de Memória aparecem em cinco câmpus e são reiterados pela existência do Memorial do IFRS, como poderá ser observado na Figura 2 e no Quadro 1. A PAC contém um eixo de objetivos centrados em ações de promoção do direito à “Memória e Patrimônio”, uma de suas diretrizes, o que subsidia a construção de integrações estratégicas para ações e ocupação de espaços conjuntos.

As salas de audiovisual têm quatro registros de espaços físicos, sendo Bento Gonçalves com três deles. Essa categoria envolve espaços de recursos pedagógicos multidisciplinares e o setor técnico da instituição. Os instrumentos de audiovisual podem ser empregados em espaços físicos adaptados, porém a criação de espaços específicos para a sua exibição interfere na experiência e, portanto, na estesia da aprendizagem (Carvalho; Freitas; Neitzel, 2014).

Salas de música e artes estão presentes, cada uma, em três câmpus e apenas no Câmpus Restinga registramos a destinação de espaço para ambas as linguagens. A oferta de, pelo menos, duas linguagens artísticas no âmbito do ensino em cada câmpus é um objetivo indissociável da PAC, fundamentado na Lei nº 9.394/1996, no que tange à oferta das quatro linguagens da arte junto à educação básica. Esse objetivo da PAC representa uma mediação entre o ideal e o viável na realidade institucional, que Capella (2018) afirma ser necessário desde o processo de formulação para que uma política seja aprovada e tenha resultados.

Os docentes de arte do IFRS são das linguagens de artes visuais e de música (IFRS, Integra, 2025), o que justifica que a predominância dos espaços especificados seja destinada a essas linguagens. Esse dado corrobora a discussão sobre os concursos públicos polivalentes privilegiarem essas duas linguagens (Alvarenga, 2015), acentuada pela exclusão das áreas de dança e teatro da primeira versão da Prova Nacional Docente (PND).

Além das salas destinadas à atuação pedagógica, foi identificada uma sala de instrumentos musicais no Câmpus Ibirubá, e um estúdio no Câmpus Sertão. Assim, a música aparece como a linguagem com maior registro de infraestrutura. Essa estruturação, no entanto, é relativa a apenas cinco ambientes para o desenvolvimento de ações musicais em um universo de 17 câmpus, o que não demonstra consolidação da base de trabalho da área.

O câmpus Porto Alegre recebeu em 2009 a transferência do projeto Prelúdio, iniciado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1982 (IFRS Porto Alegre, 2025). Da extensão para o ensino, o Câmpus inaugurou o curso Técnico em Instrumento Musical (<https://estude.ifrs.edu.br/cursos>, 2025), ampliando a oferta da área. Por sua dimensão e relevância, a ausência de registros formais sobre laboratórios de música no Câmpus Porto Alegre demonstra que mesmo projetos culturais social e historicamente consolidados encontram-se sem representação nos documentos burocráticos para salvaguarda de sua infraestrutura.

Entre os laboratórios específicos identificados, foram aplicados agrupamentos por linguagens para otimizar a apresentação dos resultados. Os agrupamentos consideraram, sobretudo, as materialidades das técnicas e linguagens relacionadas às nomenclaturas.

Os espaços mencionados no PDI estão dispostos nos câmpus do IFRS da seguinte maneira:

Figura 2 - Organograma da infraestrutura registrada pelos câmpus no PDI IFRS 2024-2028

Câmpus	Nominação dos espaços				
Alvorada					
Bento Gonçalves	Sala de música	Sala de Audiovisual (x3)	Núcleo de memória	Departamento de Tradições Gaúchas (DTG)	Palco
Canoas	Espaço multimeios	Espaço cultural			
Caxias					
Erechim	Laboratório de desenho	Laboratório de modelagem	Sala de tear		
Farroupilha					
Feliz	Laboratório de materiais e cerâmica				
Ibirubá	Sala de artes	Sala dos Instrumentos Musicais	Núcleo de Memórias	Laboratório de desenho	
Osório	Sala de música	Sala de audiovisual			
Porto Alegre					
Restinga	Sala de artes	Sala de música	Núcleo de arte e cultura e Núcleo de Memória		
Rio Grande	Atelier de artes	Núcleo de memória			
Rolante					
Sertão	Memorial do IFRS	Núcleo de artes visuais	Acervo do memorial do IFRS Sertão	Estúdio de música	Centro de Tradições Gaúchas (CTG)

Figura 2 - Organograma da infraestrutura registrada pelos câmpus no PDI IFRS 2024-2028

Câmpus	Nominação dos espaços				
Vacaria					
Veranópolis					
Viamão					

Fonte: Sistematização das autoras a partir dos dados do PDI IFRS 2024-2028, 2025.

Podemos observar que Bento Gonçalves e Sertão são os câmpus que declaram maior número e variedade de espaços culturais (5), seguidos por Ibirubá (4), Erechim (3) e Restinga (3). Cabe destacar que, possivelmente, outros câmpus possuam auditório com palco. Porém, apenas o Câmpus Bento Gonçalves declarou a infraestrutura isoladamente.

As variadas concepções e referências sobre educação que convivem na educação profissional imperam ordenamentos sutis à configuração dos espaços. Por isso, a nomeação dos espaços deixa entrever alguns direcionamentos das atividades nas localidades. Os nomes dados aos espaços identificam seus conteúdos e designam sentidos para identidade de suas práticas. Em geral, as salas, ateliês e laboratórios envolvem a principal estrutura do processo pedagógico ou de difusão do conhecimento teórico e prático em arte e cultura. Sobre esse aspecto, identificamos que apenas sete câmpus teriam esses espaços no IFRS. São eles: Bento Gonçalves, Erechim, Ibirubá, Osório, Restinga, Rio Grande e Sertão.

O organograma apresentado acima (figura 2) permite esboçar um perfil das ações de arte e cultura dos câmpus a partir de sua infraestrutura. Os Câmpus Bento Gonçalves e Sertão apresentam espaços destinados à cultura tradicionalista gaúcha que podem potencializar os câmpus como equipamentos culturais (PNC, 2010), como portas da extensão (PNEU, 2012), com dinâmicas de interação com a sociedade que contribuem para a participação democrática. Ambos os câmpus já possuem seus NuMem instalados. Ibirubá, Restinga e Rio Grande acompanham a instalação física de NuMems, colocando a preservação do patrimônio institucional entre suas prioridades.

O CTG e DTG, como elementos exclusivos de duas unidades, demonstram a liberdade de iniciativa dos câmpus, visto que não surgem de forma institucionalmente organizada e não há regulação sobre a sua forma de funcionamento. Sua atuação se dá via extensão, porém não há parâmetro institucional que determine a prioridade de alocação desses departamentos em espaços físicos como setores institucionais, como

seria o caso dos NAC e dos NuMem, fundamentados em suas respectivas políticas. A alocação desses espaços, portanto, certamente ocorreu pela negociação de ideias dos atores internos e externos, demonstrando, assim, o contexto de suas identificações.

A implementação dos Núcleos de Memória (NuMem) em cinco câmpus com local para seu funcionamento demonstra que essa política tem ganhado maior atenção para cedência de espaços físicos comparativamente à implementação dos NAC. Nesse sentido, a construção da integração pode ser uma estratégia de fortalecimento, sobretudo quando há equipes pequenas para o desenvolvimento de objetivos comuns. Designado em compartilhamento a um espaço físico do NuMem, no Câmpus Restinga foi identificado o único NAC sediado. Porém, o caráter de integração do trabalho é outro fator de negociação entre os atores.

Já no Câmpus Erechim, a especificidade de laboratórios de modelagem, desenho e tear se relaciona com a verticalização de cursos na área de Moda, abrangendo o Técnico em Modelagem do Vestuário, Tecnologia em Design de Moda e Especialização em Modelagem Criativa com Ênfase em Sustentabilidade. Ainda, integrado ao ensino médio, o câmpus possui quatro cursos, sendo um deles em Design Gráfico, totalizando quatro cursos com demanda técnica para estes laboratórios, e sete cursos considerando o acolhimento aos cursos integrados com aulas de arte.

No Câmpus Feliz, o ingresso no curso Técnico em Cerâmica foi encerrado em 2014, conforme a Resolução IFRS Câmpus Feliz nº 22/2014. Mas, possivelmente, a nomenclatura do espaço físico atual – Laboratório de Materiais e Cerâmica - tem sua origem nesse curso.

O quadro abaixo mostra o agrupamento dos espaços em maior quantidade nos 17 câmpus do IFRS, segundo o PDI. Nele podemos observar entre os espaços existentes, aqueles mais recorrentes entre os câmpus.

Quadro 1 - Tipos de usos

Nome do espaço	Quantos câmpus tem?	Quais?
Núcleo de Memória	5	Bento Gonçalves, Ibirubá, Restinga, Rio Grande, Sertão
Sala de música, sala de instrumentos, estúdio de música.	5	Bento Gonçalves, Ibirubá, Osório, Restinga, Sertão
Sala de artes/atelier de artes	3	Ibirubá, Restinga, Rio Grande
Sala de audiovisual	2	Bento Gonçalves, Osório
Núcleo de Arte e Cultura	1	Restinga (compartilhado com NuMem)
Laboratório de desenho	2	Erechim, Ibirubá
Núcleo de Artes Visuais	1	Sertão
Departamento ou Centro de Tradições Gaúchas/	2	Bento Gonçalves, Sertão

Fonte: Sistematização das autoras a partir dos dados do PDI IFRS 2024-2028, 2025.

Os dados do PDI registram uma infraestrutura diversificada e dissemelhante para atividades artístico-culturais nos câmpus, nas quais se pode antever o protagonismo da música e das artes visuais. Não há registros de sala, laboratório ou atelier para linguagens artísticas em cada câmpus que oferta ensino médio integrado. Essa ausência nos documentos institucionais, ainda que seus dados sejam imprecisos, envolve a necessidade de construção de estratégias para a implementação de infraestrutura da área.

Na medida em que a PAC descentraliza recursos financeiros para ações nos câmpus, contribui para a mobilização de processos que podem vir a justificar demandas nos diferentes níveis de ensino, de acordo com o engajamento dos atores internos e externos envolvidos e a rede de significação da cultura local. Dada a dinâmica de construção de alternativas para intervenção na realidade institucional, considerando as variantes em virtude do que já existe em termos de infraestrutura e das demandas consideradas pertinentes pelos atores dos câmpus, voltamos o olhar ao PDI 2024-2028 para aferir como os objetivos da PAC correlacionados são projetados para o período.

Apenas os câmpus Bento Gonçalves e Viamão representaram demandas para implementação de espaços físicos entre 2024-2028, conforme o quadro abaixo:

Quadro 2 - Representação de demandas de infraestrutura para arte e cultura no PDI IFRS 2024-2028

Câmpus	O que já existe, segundo o PDI 2024-2028:	O que ficou planejado no PDI 2024-2028:
Bento Gonçalves	Sala de música, Sala de Audiovisuais (x3), Palco, Núcleo de memória e Departamento de Tradições Gaúchas.	'Criação de um Laboratório Multidisciplinar para os cursos de Meio Ambiente, Administração e Logística; Criação de um Laboratório de Artes. Criação de um Laboratório para Cursos no Eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer. -- Previsão de recurso de 900 mil reais. '[...] O Laboratório de Artes atenderá às necessidades dos estudantes, proporcionando um ambiente para aplicação prática de teorias artísticas, fomentando expressão individual, colaboração interdisciplinar e enriquecendo a cultura do câmpus. Além disso, estenderá seu impacto à comunidade externa, fortalecendo a relação instituição-sociedade por meio de exposições e parcerias artísticas. [...] (PDI IFRS 2024-2028, p. 105. Grifo nosso.)
Viamão		Estruturação de sala de arte e cultura no Câmpus - Recurso previsto de 150 mil reais para 'Atender a política de formação integral proposta pela lei de criação dos Institutos Federais'. (PDI IFRS 2024-2028, p. 130)

Fonte: Sistematização das autoras, dados do PDI IFRS 2024-2028, 2025.

Bento Gonçalves, ao implementar o Laboratório de Artes, passará a ser o câmpus com maior número e diversidade de espaços registrados para atividades artístico-culturais. Viamão passará a ter o primeiro espaço a ser contabilizado como já existente no próximo ciclo de planejamento. Ambos os espaços são relacionados ao âmbito do Ensino, segundo as menções “às necessidades dos estudantes” e à “formação integral”.

Nesse sentido, podemos compreender que no contexto atual do IFRS, os atores institucionais encontraram condições de avanços em termos de infraestrutura física em apenas dois câmpus. Essas condições reverberam relações de negociação entre os atores, as quais podem ser pesquisadas *in loco* para aferição do nível adesão da comunidade à decisão tomada.

Utilizando critérios estritamente numéricos documentados, diante da ausência de salas para arte e cultura nos câmpus, o planejamento de ampliação de dois espaços pode parecer tímido. No entanto, considerando o recente contexto político nacional desfavorável a investimentos em educação e cultura, a postura dos câmpus do IFRS que postularam esses espaços garantiu institucionalmente avanços que nos permitem dizer que as tomadas de decisões refletidas no PDI do IFRS estão alinhadas aos princípios e objetivos defendidos na PNEU, no PNC, e nos objetivos de infraestrutura da PAC aos quais nos dedicamos.

A versatilidade dos usos dos espaços é uma tendência, segundo suas designações, de modo que possam se adaptar a mudanças institucionais na oferta de atividades ao longo do tempo, além da possibilidade do compartilhamento de

uso. No entanto, laboratórios de artes visuais, música, dança ou teatro apresentam infraestruturas completamente distintas, com necessidade de planejamento de aquisição de equipamentos e materiais específicos para o seu desenvolvimento, o que requer alinhamento na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Os dados corroboram a relevância da discricionariedade (Lotta, 2014), com a produção de diferentes desenhos de soluções partindo das mesmas normas e buscando os mesmos resultados. Os contextos socioculturais e produtivos regionais operam sobre as ideias dos atores que formulam e decidem sobre as ações a serem implementadas como intervenções institucionais. Desse modo, ainda que haja institucionalização como política, é o envolvimento dos atores especificamente engajados no desenvolvimento das ações artístico-culturais para uma articulação junto ao planejamento administrativo – inserção no PDI - que torna as medidas de infraestrutura – ou quaisquer outras - passíveis de implementação, corroborando Lotta (2019, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora nenhuma das ações justifique sua proposição para o atendimento da PAC do IFRS, a mobilização de dois câmpus para a criação e qualificação de espaços para arte, conforme o já mencionado Artigo 13º, indica a influência do seu processo construtivo.

Como desdobramento de pesquisa, surgem questões que poderiam ser investigadas *in loco* para identificar:

- a) os processos de produção das demandas pelas instalações dos laboratórios de arte que constam no PDI 2024-2028;
- b) as áreas e temáticas da arte e da cultura com maior demanda institucional (produção de ações de ensino, pesquisa e extensão) e sua proporcionalidade com os espaços físicos;
- c) como a PAC contribui para a argumentação entre os atores interessados na alocação dos espaços físicos;
- d) como ocorre o bloqueio dessa pauta na agenda de outros câmpus.

Essas novas questões surgem pelo apontamento da ampla imprecisão no registro da infraestrutura para arte e cultura no PDI 2024-2028 do IFRS, em um cenário de implementação parcial com indicadores de desigualdades entre os câmpus. Há câmpus que não registraram espaços destinados à arte e à cultura e não solicitaram demandas para sua implementação, assim como há diferenças na abordagem dos espaços para categorização como espaços culturais, conforme os entendimentos dos atores sobre seus usos.

A amplitude de abordagens possíveis, por um lado, reflete a autonomia das unidades em organizar sua burocracia para ajustar o atendimento às demandas locais. Por outro lado, evidencia a ausência do planejamento institucional para uma infraestrutura básica que contemple questões técnicas da produção artístico-cultural nos câmpus, seja no ensino, pesquisa ou extensão. A disparidade na infraestrutura existente entre os câmpus, bem como a tipificação dessa infraestrutura, evidencia dados para o planejamento estratégico institucional que leve em consideração as particularidades e demandas de cada unidade.

Dessa forma, consideramos que, embora o IFRS esteja em processo de implementação da PAC, há necessidade de fortalecer a infraestrutura dedicada à arte e cultura em todos os câmpus. Isso envolve não apenas a criação e qualificação de espaços físicos, mas também o engajamento dos atores institucionais na defesa e promoção dessas áreas como parte essencial da formação integral dos estudantes.

Por fim, este estudo ressalta a importância de uma articulação eficaz entre as políticas institucionais e os seus mecanismos de implementação. Ou seja, a materialização da política precisa estar devidamente incorporada ao planejamento institucional em ações concretas que beneficiem toda a comunidade acadêmica. A implementação plena da PAC no IFRS dependerá da capacidade da instituição em superar os desafios de infraestrutura e de mobilizar recursos e esforços para promover o acesso democrático às artes e à cultura, no ensino, na pesquisa e na extensão em todos os seus câmpus.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Luiz Edmundo; PACHECO, Eliezer Moreira. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como Política Pública. *In*: ANJOS, Malyta Brandão. Rôças, Giselle. (Org.) **As Políticas Públicas e o Papel Social dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Natal: Editora IFRN e Parceria Editorial, 2017.

ALVARENGA, Valéria. M. Os concursos públicos para professores de arte da educação básica privilegiam alguma linguagem artística? **Revista do LAV**. Santa Maria. v. 8, n. 4, p. 105-121. Jan/abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/14385/pdf>. Acesso em: 21 dez. 2024.

BOGDAN, Robert C. BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação simbólica**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <https://acesse.one/RedeFederal>. Acesso em: 20 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010**. Plano Nacional de Cultura. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm. Acesso em: 5 ago. 2024.

CAPELLA, Ana Cláudia N. **Formulação de políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2018.

CARVALHO, Carla; FREITAS, Aline Amaral; NEITZEL, Adair de Aguiar. Salas de Arte: Espaço de formação estética e sensível na escola. **Educação, Sociedade & Culturas**, n.º 42, 2014, p.67-86. Disponível em: <https://ojs.up.pt/index>. Acesso em: 5 mar. 2025.

COLI, Jorge. **O que é arte**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

FORCULT. **Instrumento para implementação de política cultural e planos de cultura nas IPES**. Pelotas: Ed. UFPel, 2020. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/6836>. Acesso em: 2 ago 2024.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2024.

FOUILLEUX, Ève. Analisar a mudança: Políticas públicas e debates num sistema em diferentes níveis de governança. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 19, n. 1, p. 88-125, 2011. Disponível em: <https://revistaesa.com/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 100, p. 1129-1152, outubro de 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300023>. Acesso em: 10 ago 2024.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política Pública**: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **CÂMPUS Erechim**. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/erechim/cursos/tecnicos-integrados-ao-ensino-medio/>. Acesso em: 9 ago. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL CÂMPUS PORTO ALEGRE. **Prelúdio**. Atualizado em: 21 de março de 2025. Disponível em: <https://poa.ifrs.edu.br/index>. Acesso em: 9 ago. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho Superior. Resolução nº 22, de 02 de março de 2011. **Regulamento Geral do Núcleo de Memória do IFRS**. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content> . Acesso em: 5 jun. 2024

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho Superior. Resolução nº 74, de 18 de agosto de 2015. **Política de Comunicação do Instituto Federal do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads> Acesso em: 5 ago. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho Superior. Resolução nº 33, de 6 de agosto de 2020. **Aprova a Política de Arte e Cultura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <https://l1nq.com/Resolucao-IFRS-33-2020>. Acesso em: 5 jun. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Conselho Superior. Resolução nº 34, de 26 de abril de 2022. **Regulamento dos Núcleos de Arte e Cultura (NACs) do Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <https://acesse.dev/Resolucao-IFRS-34-2022>. Acesso em: 20 maio 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Conselho Superior**. Resolução nº 54, de 12 de dezembro de 2023. Plano de Desenvolvimento Institucional 2024-2028. Disponível em: <https://pdi.ifrs.edu.br/>. Acesso em: 9 ago. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Estude no IFRS**. Disponível em: <https://estude.ifrs.edu.br/cursos/>. Acesso em: 9 ago. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Integra**. Disponível em: <https://integra.ifrs.edu.br/portfolio/pessoas>. Acesso em: 9 ago. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Edital nº 72, de 16 de junho de 2025**. Prova Nacional Docente (PND). Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

LOTTA, Gabriela. Agentes de implementação: uma forma de análise de políticas públicas. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 19, n. 65, 2014. DOI: 10.12660/cgpc.v19n65.10870. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/>. Acesso em: 9 ago. 2025.

LOTTA, Gabriela. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. In: LOTTA, Gabriela (Org.). **Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil**. Brasília, DF: ENAP, 2019. p. 11–38.

LOTTA, Gabriela. Burocracia de nível de rua e políticas de educação. In: DANTAS, Humberto. **Ciência Política e políticas de educação: conceitos e referências**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2021, p. 307-317.

MÜLLER, Pierre. **As políticas públicas**. Tradução de Carla Vicentini. Niterói: Eduff, 2018.

MÜLLER, Pierre; SUREL, Yves. **A análise de políticas públicas**. Tradução de Agemir Bavaresco e Alceu R. Ferraro. Pelotas: Educat, 2002.

NUSSBAUM, Martha C. **Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

ORDINE, Nuccio. **A utilidade do inútil: um manifesto**. Tradução de Luiz Carlos Bombassaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais: uma revolução na educação Profissional e Tecnológica**. Natal: IFRS, 2010.

PESSOA, Fernando. **Livro do desassossego**: composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/vo000008.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2024.

READ, Herbert. **A educação pela arte**. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

SILVESTRE, Ana Lúcia. *et. al.* Cortes orçamentários na educação: uma ameaça à expansão e consolidação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Educação e Políticas em Debate**. v. 11, n. 2, p. 669-687, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/REPOD-v11n2a2022-64816>. Acesso em: 8 ago 2024.

WU, Xun; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; SCOTT, Fritzen. **Guia de Políticas Públicas: Gerenciando Processos**. ENAP, 2014. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20Gerenciando%20Processos.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2025.

SOBRE OS AUTORES

Juliana da Cruz Mülling

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestra em Educação pela mesma universidade e Licenciada em Artes Visuais na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Docente do ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Câmpus Canoas. Integrante dos grupos de pesquisa CNPq Adultos, jovens e educação no contemporâneo; e CADE: Arte e Cultura na Educação Profissional e (Instituto Federal do Rio Grande do Sul).

E-mail: juliana.mulling@gmail.com.

Caroline Weiberg

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) na Universidade Regional de Blumenau (FURB). Mestra em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bacharel e Licenciada em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente do ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) câmpus Jaraguá do Sul. Integrante do Grupo de Pesquisa Arte e Estética na Educação.

E-mail: caroline_weiberg@yahoo.com.br.

Simone Valdete dos Santos

Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na qual atua como professora titular no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Faculdade de Educação (FACED). Licenciada em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Líder do grupo de pesquisa CNPq Adultos, jovens e educação no contemporâneo.

E-mail: simonevaldete@gmail.com.

Jaqueline Gomes Nunes

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestra em Educação pela mesma universidade e Licenciada em Ciências da Natureza, com habilitação em Biologia e Química pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Mantense dos Vales Gerais (INTERVALE - MG) e especialista em Gestão da Educação, pela Pontifícia Universidade Católica (PUCRS). Professora e Coordenadora Pedagógica na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RMEPOA).

E-mail: nunes-jaqueline@hotmail.com.

Recebido em: 27/08/2024

Aprovado em: 05/09/2025